16-11-2016

ATA Nº. 23/2016**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS
MIL E DEZASSEIS.** -----

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Neste período, usou da palavra o **Sr. Vereador, José Vaz**, para dar conta que a tarifa social da água não é atualizada há cerca de 20 anos, para além de não incorporar as recomendações da ERSAR (Entidade Reguladora do Serviço de Águas Residuais). -----

- Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara**, afirmou que tem sido a CMI a pagar socialmente este serviço através do “Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados” e financiadas pelo próprio Orçamento Municipal, frisando que todas as famílias que solicitam o apoio e desde que tenham condições para o receber, são apoiadas. Realça ainda que, a tarifa social a ser incorporada será pela entidade gestora das redes de água, que é a AdRA e nunca pela CMI, que não tem neste momento competência nesta matéria. No entanto salienta que neste momento se discute o novo EVEF da ADRA e este e, outros assuntos irão ser analisados, assim como, no âmbito da própria CIRA este assunto será tratado brevemente, de modo a encontrar uma posição de princípio que abranja todas as entidades envolvidas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.** -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 222, do dia quinze de novembro do ano de dois

16-11-2016

mil e dezasseis, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 607.014,86 (seiscentos e sete mil e catorze euros e oitenta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 901.315,88 (novecentos e um mil, trezentos e quinze euros e oitenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 22, da reunião ordinária realizada no dia dois de novembro do ano de dois mil e dezasseis. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PARECER PRÉVIO – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) – “CÁTIA NEVES, RUI SILVA E SARA AGUDO) – RENOVAÇÃO - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1 – As informações dos Dirigentes/Responsáveis da DCTJ, DED e MMI, em anexo; -----

2 – A informação da DAG/SORH, em anexo; -----

3 – Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a contratação em causa, nomeadamente; -----

3.1 – Os contratados têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças;

3.2 – A Câmara Municipal não tem conhecimento de que existam trabalhadores em situação de requalificação no âmbito da CIRA; -----

3.3 – Verifica-se o cumprimento do disposto no n.º 1 do artº 35º da Lei 7-A/2016, de 30/03 (LOE). -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artº 35º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º

16-11-2016

7-A/2016, de 30/03, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, designadamente no seu artigo 35º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do artº 20º e ainda no artº 32º da Lei 35/2014, de 20/06, que a Câmara Municipal: -----

I – Se pronuncie favoravelmente sobre o parecer prévio; -----

II – Proceda à renovação dos contratos dos prestadores de serviços Cátia Neves, Rui Silva e Sara Agudo, nos termos das informações em anexo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoiló, -----

11.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO – “CESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO COMERCIAL NA COSTA NOVA DO PRADO” – ANÚNCIO. -----

Presente o Anúncio supra, datado de 10.novembro.2016, elaborado pelo Sr. Presidente da Câmara, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se procede à abertura do concurso público referenciado em título, nos termos e condições neles previstos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura do concurso público e aprovar as peças do procedimento. -----

RENOVAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS POR AJUSTE DIRETO – CONTRATOS N.ºS 17 E 18 DE 2013 – “CARAVELA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA E FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, SA” – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação supra, datada de 10.novembro.2016, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que os contratos referenciados em título terminam a sua vigência em 31 de dezembro do corrente ano, e que se encontra a decorrer um concurso público para a aquisição de serviços de seguros, que se afigura impossível de concluir até à sobredita data. -----

16-11-2016

Deste modo, sugere-se que a vigência dos contratos acima referidos sejam prorrogados pelo período máximo de três (3) meses, por ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do n.º1, do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro). -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“ 1. Emito parecer prévio e adjudico a prestação de serviços de seguros, nos termos da informação; -----

2. Mantenho a designação da AON Portugal – Corretores de Seguros, como intermediário e consultor de seguros; -----

3. À Câmara para conhecimento”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

AQUISIÇÃO DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS – MARINHA VELHA – GAFANHA DA NAZARÉ – ABERTURA DA LIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE A “ROTUNDA DE ACESSO À A25 (PS4) E A RUA D. DINIS” – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. que constitui atribuição municipal a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente através da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, nos termos previstos nas alíneas m) e n) do artigo 23º. da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, -----

2. que os prédios inscritos na matriz predial rustica da referida freguesia, situados na Marinha Velha da freguesia da Gafanha da Nazaré,: -----

- o primeiro descrito no registo predial sob o número 2882, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 753 (897 da antiga matriz) e; -----

- o segundo descrito no registo predial sob o número 2883, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 754 (898 da antiga matriz), -----

pertencendo a privados, mostrando-se pertinente a sua aquisição pelo Município de Ílhavo para a *construção da abertura da ligação viária entre a “Rotunda de Acesso à A25 (PS4) e a Rua Dom Dinis”*, na Gafanha da Nazaré, -----

16-11-2016

3. que compete à câmara municipal, nos termos e para os efeitos previstos no n.º. 1, do artigo 33.º. da referida lei n.º. 75/2013 (*se aplicável*): -----

✓ na alínea g): adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG (isto é, 505,00 € * 1000 = 505.000,00 €), -----

✓ na alínea dd): proceder à aquisição e locação de bens e serviços, -----

✓ na alínea ee): criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal e -----

✓ na alínea ff): promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, -----

4. que os serviços Municipais apuraram fundamentadamente o valor do prédio, vertendo-o no relatório de avaliação que constitui o documento n.º. 1 ora junto e que faz parte integrante da presente proposta, -----

5. que no âmbito das negociações encetadas com os proprietários, estes aceitaram vendê-los ao Município pelo valor de 5.000,0 € (*cinco mil euros*), a liquidar na data da outorga do título de transação, -----

Proponho que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º. 1 do artigo 33.º. da lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, adquirir, livres de quaisquer ónus ou encargos, os prédios inscritos na matriz predial rustica da referida freguesia, situados na Marinha Velha, o primeiro descrito no registo predial sob o número 2882 da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 753 (*897 da antiga matriz*) e o segundo inscrito descrito no registo predial sob o número 2883 da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 754 (*898 da antiga matriz*), pelo valor de 5.000,0€ (*cinco mil euros*), a pagar no dia da outorga do título da transação, a quem provar nessa data, ser o legítimo proprietário do mesmo. -----

A despesa inerente à presente proposta tem cabimento na rubrica 2016.2902.10038.0102.070301 2002.I.138 do orçamento em vigor (cfr. documento n.º. 2), compromisso n.º. 2016/3579 (cfr. documento n.º. 2), estando inscrito no mapa de fundos disponíveis (cfr. documento n.º. 2). -----

O Presidente da Câmara, -----

16-11-2016

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo”, -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ACORDOS PARA A ABERTURA DA LIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE A “ROTUNDA DE ACESSO À A25 (PS4) E A RUA D. DINIS” – MARINHA VELHA – GAFANHA DA NAZARÉ - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

6. que constitui atribuição municipal *a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente através da promoção do desenvolvimento, nos termos previstos na alínea g) do artigo 23º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro,* -----

7. que o Município de Ílhavo pretende executar a abertura da ligação viária entre a “Rotunda de Acesso à A25 (PS4) e a Rua Dom Dinis”, Gafanha da Nazaré, segundo o Estudo Urbanístico EU 24, aprovado na última reunião de Câmara, necessitando para tal de várias parcelas de terreno, de vários prédios, na freguesia onde se localiza, -----

8. que no âmbito das negociações encetadas com os proprietários, estes aceitaram cedê-los ao Município em troca da urbanização do espaço envolvente, nas condições constantes da minuta de acordo que se anexa conforme documento nº1, -----

Proponho que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, adquirir, livre de qualquer ónus ou encargo, as parcelas de terreno necessárias para a abertura da ligação viária entre a “Rotunda de Acesso à A25 (PS4) e a Rua Dom Dinis”, dos prédios situados na Marinha Velha abaixo indicados, nas condições do acordo cuja minuta se anexa (cfr. documento nº 1), a quem provar na data da celebração do acordo, ser o legítimo proprietário dos mesmos: -----

- prédio rústico, situ na Crasta da Marinha Velha, da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 757 (901 da antiga matriz) e na Conservatória do Registo Predial sob o número 6720; -----
- prédio rústico, situ na Crasta da Marinha Velha, da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 756 (900 da antiga matriz) e inscrito na Conservatória do Registo Predial; -----

16-11-2016

- prédio rústico, situ na Crasta da Marinha Velha, da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 743 (886 da antiga matriz) e na Conservatória do Registo Predial sob o número 9647; -----
- prédio rústico, situ na Crasta da Marinha Velha, da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 885 (da antiga matriz) e na Conservatória do Registo Predial sob o número 6386; -----
- prédio rústico, situ na Crasta da Marinha Velha, da freguesia da Gafanha da Nazaré, inscrito na matriz predial rústica da referida freguesia sob o artigo 884 (da antiga matriz) e na Conservatória do Registo Predial sob o número 8202; -----

O Presidente da Câmara, -----
 Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo”, -----
 Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

PARQUE DE CAMPISMO DA PRAIA DA BARRA – ATUALIZAÇÃO DA RENDA DA CONCESSÃO PARA O ANO DE 2017 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 09.novembro.2016, elaborada pelo Coordenador Técnico da STL, António Emanuel Marques, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, nos termos e condições previstos na cláusula terceira do contrato de concessão da exploração do Parque Municipal de Campismo da Praia da Barra, celebrado em 04 de julho de 2013, com a firma: Catarino & Associados – Consultadoria e Engenharia, Lda, a renda de concessão do equipamento acima referenciado é atualizada ordinária e anualmente em função do índice de preços ao consumidor, devendo essa atualização ser feita até ao dia 10 de dezembro de cada ano, por deliberação da CMI, e comunicada à concessionária até ao dia 15 do mesmo mês, para vigorar no ano seguinte. -----

O índice de preços no consumidor, atendendo à variação média dos 12 meses apurados no mês de outubro, inclusive, foi de 0,57%. -----

Deste modo, e considerando os pressupostos acima referidos, a renda para o ano de 2017 deverá fixar-se em 80.724,00 € (oitenta mil, setecentos e vinte e quatro euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

16-11-2016

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de atualização da renda. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

DESTAQUE DE PARCELA. -----

O processo registado com o n.º 15800, Pº 373/05, respeitante a Rosa Maria Resende Vagos Oliveira, residente na Rua da Chousa Velha, n.º 20 – 1º Dtº – Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Sr. Vereador do respetivo Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianar 2016/10/28 15800/16 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Liliana Ramos, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 04.novembro.2016, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

MORADIA/ARQUITETURA. -----

O processo registado com o n.º 7620, Pº 159/15, respeitante a Sérgio Nuno Simões Correia, residente na Rua D. Duarte, n.º 53, 1º Esqº - Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Sr. Vereador do respetivo Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2016/11/11 7620/16 7, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 14.novembro.2016, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

LOTEAMENTOS. -----

O processo registado com o n.º 16216, Pº 184/15, respeitante a Maria Isabel dos Santos Belo Maia de Oliveira, residente na Rua Domingos Ferreira Pinto Basto, n.º 45 - Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme o definido na informação da DOPGU e no Despacho do Sr. Vereador do respetivo Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2016/11/11 16216/16 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU, Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Marcos

16-11-2016

Ré, está datado de 14.novembro.2016, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

“ILUMINAÇÃO DE NATAL 2016/2017” – RELATÓRIO FINAL - RATIFICAÇÃO. ---

Presente o Relatório Final respeitante ao concurso supra, elaborado pelo respetivo Júri do Procedimento, datado de 09.novembro.2016, aqui dado por integralmente transcrito, e que, em linhas gerais, aponta para a adjudicação definitiva do procedimento referenciado em título, ao único concorrente “Luz Única, Unipessoal, Lda”, pelo valor da proposta apresentada 28.800,00 € (vinte e oito mil e oitocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 35 dias. -----

Sobre o presente Relatório Final, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: ----

“Deferido. Proceder à adjudicação definitiva à empresa Luz Única, Unipessoal, Lda, nos termos do presente Relatório Final. -----

À Câmara para ratificação. -----

09.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

“NOVO QUARTEL DA GNR DE ÍLHAVO” – TRABALHOS A MAIS – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 14.novembro.2016, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que se procedeu ao balanço final dos trabalhos, tendo-se apurado a existência de trabalhos a mais, no valor de 13.749,57 € (treze mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, considerando-se que os citados trabalhos a mais são imprescindíveis à boa execução da obra. -----

Uma vez que o preço contratual dos sobreditos trabalhos a mais não excede os 15.000,00 €, não é exigível a elaboração de contrato escrito. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Deferido de acordo com a informação. -----

16-11-2016

14.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos”. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos nove municípios/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2 de 04/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Cinco participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Quatro participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

16-11-2016

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
11.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CSPNSN – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por dois agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2771 de 27/10/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, no valor de 528,15 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

16-11-2016

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----
Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----
11.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---
CARTÃO FAMÍLIA – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

Presente a informação supra, datada de 14.novembro.2016, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conhecimento que a CMI celebrou um conjunto de 18 Acordos de Cooperação com entidades privadas relativos ao Cartão Família, visando agregados familiares com 3 ou mais dependentes (desde menores até pessoas portadoras de deficiência ou pessoas idosas dependentes), com o objetivo de promover o acesso a benefícios na aquisição de bens e serviços proporcionados por entidades públicas ou privadas do Município de Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

**SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----
AMBIENTE. -----**

**CARTA DE COMPROMISSO DA REDE DE MUNICÍPIO PARA ADAPTAÇÃO
LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----**

Presente a informação supra, datada de 14.novembro.2016, elaborada pelo Técnico Superior da DOIA, Luís Rabaça, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere que a CMI assine a Carta de Compromisso da Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, atentos os pressupostos elencados na presente informação. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho/proposta elaborado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara: -----

“Visto com interesse. A importância do tema em análise para o futuro do nosso Concelho, o trabalho que vem sendo efetuado sobre esta matéria ao longo destes últimos anos, o pioneirismo assumido no caso presente pelo nosso Município (somos um dos 26 municípios que foram escolhidos para iniciarem a definição de uma estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas) e o facto de termos oportunamente apresentado a Portugal 2020 uma

16-11-2016

candidatura para a execução do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que dê corpo à referida estratégia, justificam a nossa concordância com o proposto na informação apresentada e a conseqüente assunção do compromisso constante da Carta que igualmente propomos à Consideração Superior do Sr. Presidente da Câmara a sua assinatura e a correspondente presença na cerimónia que irá decorrer na sede da ANMP. -----

14.novembro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes quatro (4) Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1 - Da Empreitada “Ampliação dos Balneários da Vista Alegre” – 4ª Situação Contratual, no valor de € 18.764,67 (dezoito mil, setecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: C. M. Carvalho - Unipessoal, Lda. -----

2 - Da Empreitada “Marcações Rodoviárias na Gafanha da Nazaré - 2016” – 1ª Situação Contratual, no valor de € 13.901,71 (treze mil, novecentos e um euros e setenta e um cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Sinalnorte – Sinalização de Estradas, Lda. -

3 - Da Empreitada “Novo Quartel da GNR Ílhavo” – 7ª Situação Contratual, no valor de € 72.452,90 (setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Construções Refoiense, Lda. -----

4 - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Rua da Capela da Cale da Vila e Zona Envolvente da Capela – Gafanha da Nazaré” – 1ª Situação Contratual (única), no valor de € 23.305,16 (vinte e três mil, trezentos e cinco euros e dezasseis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Construções Carlos Pinho, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao pagamento. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.00 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----